

ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS BRASILEIROS PRÉ E PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA¹

ANALYSIS OF BRAZILIAN SOCIAL INDICATORS BEFORE AND AFTER THE IMPLEMENTATION OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

DORALIZA A. ABRANCHES MONTEIRO

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia
(UFBA)

doraliza_monteiro@yahoo.com.br

MARCO AURÉLIO MARQUES FERREIRA

Doutor em Economia Aplicada – UFV
Professor do Departamento de Administração – UFV

marcoarelio@ufv.br

LAÍS ATANAKA DENÚBILA

Bacharel em Administração – UFV

laisatanaka@yahoo.com.br

KARLA MARIA DAMIANO TEIXEIRA

PhD em Ecologia Familiar e Infantil pela Michigan State University
USA

Professora do Departamento de Economia Doméstica – UFV

kdamiano@ufv.br

Recebido em: 05/08/2009

Aprovado em: 12/05/2010

ISSN 2175-5787

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumo

O presente estudo tem o propósito de analisar o painel dos indicadores sociais brasileiros antes e após a implantação do Programa Bolsa Família. Para tal investigação, a orientação teórica utilizada foi a multidimensionalidade da pobreza, os aspectos da desigualdade social e um breve histórico das experiências internacionais e brasileiras de programas de transferência de renda. Foi delimitado como corte analítico os anos de 2001 a 2006, em razão de 2001 a 2003 ser considerado pré implementação do Programa Bolsa Família e de 2004 a 2006 pós implementação deste programa. Para a análise comparativa dos dados, utilizou-se a Taxa Média Geométrica e a Taxa de Crescimento. Os resultados demonstram que vários indicadores tiveram trajetória positiva, principalmente, aqueles que tem associação com as propostas do Programa Bolsa Família. Assim, houve diminuição da taxa bruta de mortalidade e mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida ao nascer, diminuição do analbafetismo, aumento da média de anos de estudo da população, aumento dos investimentos em educação, aumento dos gastos em saúde, aumento da cobertura de serviços públicos e de infra-estrutura social, o aumento das famílias com posse de bens duráveis, a queda da população pobre e indigente, o aumento da renda e dos pobres, a queda da concentração de renda. Os resultados depõem a favor da política de transferência de renda, enquanto elemento indutor de melhorias sociais, embora existam outros fatores positivos condicionantes.

Palavras-Chaves: Indicadores sociais. Programa Bolsa Família. Políticas Públicas.

Abstract

The present study aims to analyze the panel of the Brazilian social indicators before and after the implementation of the *Bolsa Família* Program (Family Purse Program). For this investigation, the theoretical orientation used was the multidimensionality of poverty, the aspects of social inequalities and a short history of the international and Brazilian experiences of income transfer programs. As an analytic range, the years from 2001 to 2006 were chosen, because 2001-2003 are considered to be the pre-implementation of the *Bolsa Família* Program, and 2004-2006 are its post-implementation. For the comparative analysis of the data, the Geometric Average Rate and the Growing Rate were used. The results showed that many indicators had positive figures, especially those related to the purposes of the *Bolsa Família* Program. Thus, there was a decrease in the mortality and infant mortality gross rates, an increase of life expectancy at birth, a reduction of illiteracy, an increase in the average study years of the population, in the educational investment, in health expenses, in the coverage of public services and social infrastructure, an increase of families with durable goods, a decrease in the poor and indigent population, an increase of the poor people's income, a decrease in income concentration. The results speak in favor of the politics of income transfers, as an inductor element of social improvements, although it is not apart from other positive conditioners.

Key-Words: Social indicators. *Bolsa Família* Program. Public policies.

1. INTRODUÇÃO

Os temas pobreza e desigualdade ocuparam lugar de destaque na agenda política de forma mais intensa desde 1990. Nesse sentido foram criadas diversas políticas públicas com intuito de combater ou minimizar essas mazelas sociais. Dentre essas políticas públicas, destaca-se os programas de transferência de renda, no qual o Programa Bolsa Família se insere.

O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003, com o intuito de unificar os programas de transferência existentes, pois foi diagnosticado que havia existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e público-alvo; ausência de uma coordenação geral dos programas; gerando desperdício de recursos; orçamento alocado insuficiente; ausência de planejamento gerencial dos programas; e, ausência de articulação efetivas com outras políticas emancipatórias, dentre outros fatores (NASCIMENTO, 2006; SILVA *et. al.*, 2007). Desde a sua implantação, os investimentos realizados nesse programa passaram de R\$ 5,6 bilhões em 2004 para R\$ 8 bilhões em 2007, e o total de famílias de 6,5 milhões em 2004 para 11,2 milhões em 2008.

Tabela 1 – Evolução das Transferências para o Programa Bolsa Família no Brasil (em 1.000)

Brasil	2004	2005	2006	2007
Valor real	5.592.873,82	6.465.171,42	7.218.888,35	7.953.895,23
Valor <i>per capita</i>	96,03	122,49	158,66	174,81
Taxa de crescimento		15,60%	11,66%	10,18%
Taxa média geométrica de crescimento				12,46%

Fonte: MONTEIRO, 2008.

* Valores reais deflacionados com base no IPCA do ano de 2004.

São considerados programas de transferência de renda aqueles destinados a efetuar transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar (SILVA *et al.*, 2007).

Além dessas características, o Programa Bolsa Família propõe algumas condicionalidades que a família se compromete a cumprir, tais como, a manutenção das crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças menores de 7 anos, e a agenda pré

e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação, além da participação em atividades e programas complementares oferecidos pelos municípios como apresentado na Figura 1.

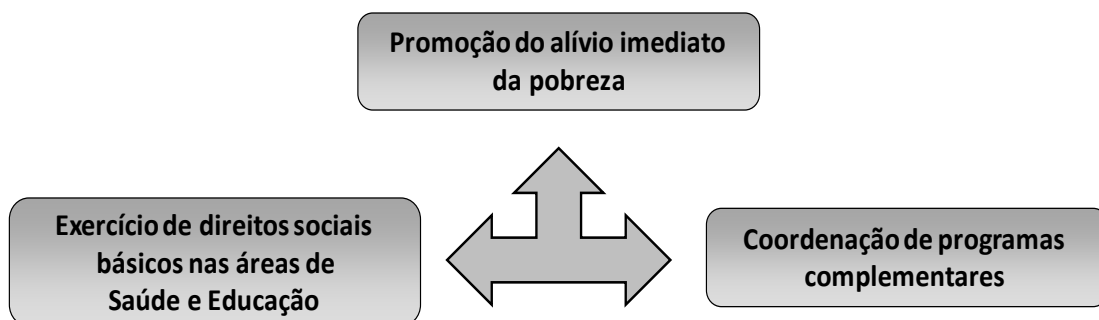


Figura 1 - Eixos norteadores do Programa Bolsa Família.
Fonte: Elaboração dos autores.

Assim, esses programas emergem no contexto socioeconômico marcado pelo alto nível de desemprego, redução do rendimento proveniente do trabalho, crescimento da violência e da contundente pobreza e desigualdade social verificada em todo o mundo, especialmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como no Brasil. É consenso, entre diversos estudiosos, que a pobreza e a desigualdade social constituem um dos maiores desafios atuais, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos e relacionam-se com diversas dimensões da condição humana (AGUIAR e ARAÚJO, 2002; SEN, 2000; REPN, 2007; RIOS, 2008; ARAÚJO, 2008).

Há muitas definições sobre pobreza e desigualdade social, caracterizando esses temas como multidimensionais, pela diversidade de percepções deles decorrentes. Assim torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu caráter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise (REPN, 2008).

Diversos estudos, no tocante à avaliação e a contextualização social, têm discutido a eficácia de programas de transferência de renda no combate a pobreza e desigualdade social. Alguns autores têm apontado os lados positivos e negativos dessas ações, havendo na academia e na sociedade, divergências de opiniões a respeito do Programa Bolsa Família.

Com relação aos impactos positivos, pesquisas demonstram que a transferência de renda, embora de pequeno valor monetário, ocupa um papel central nas alterações das condições de vida das famílias atendidas, pois aumenta a capacidade de consumo familiar

(SILVA *et al.*, 2007; MEDEIROS *et al.* 2007), produz efeitos na educação, saúde, nutrição (MEDEIROS *et al.* 2007; BRONZO, 2008; MONTEIRO *et al.* 2008), promove melhorias em indicadores socioeconômicos e diminui a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil (POCHMAN 2007; SOARES *et al.* 2007; LAVINAS 2007; MEDEIROS *et al.* 2007; NERI, 2008). Aumenta, também, a autoestima dos beneficiados; permite um reordenamento do espaço doméstico; promove o acesso das mulheres ao espaço público e as empodera possibilitando-lhes maior poder de barganha e maior capacidade de fazer escolhas e decisões alocativas (MEDEIROS *et.al.* 2007; MDS, 2007; BRONZO, 2008).

Por outro lado, pesquisadores apontam que os programas de transferência de renda produzem efeitos amenizadores da miséria e do sofrimento dos mais pobres (DRUCK e FILGUEIRAS 2007), contribuindo para a perpetuação da pobreza, acomodação profissional e na busca por empregos, transformando o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado (ZIMMERMANN, 2005; DRUCK e FILGUEIRAS 2007). E com relação à autonomia das mulheres, o efeito das transferências poderia ser contrário, em que perpetuariam papéis de gênero à medida que a provisão de renda às famílias faria com que as mulheres se retirassem do mercado de trabalho e se dedicassem aos cuidados das crianças (MEDEIROS *etal.* 2007; BRONZO, 2008).

Assim, o objetivo central deste estudo é analisar a evolução dos indicadores sociais brasileiros dos anos de 2001 a 2006 e visualizar o comportamento desses indicadores no contexto pré e pós implantação do Programa Bolsa Família, verificando quais indicadores melhoraram ou não, no período do estudo. Ressalta-se que os dados estatísticos existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, todas as dimensões desses flagelos, mas fornecem um retrato da realidade e permitem aos pesquisadores avaliar o caminho que se deve percorrer, sendo essa a justificativa para se compilar alguns indicadores sobre estes fenômenos.

Portanto, seria exagerada a pretensão de tentar isolar ou atribuir efeitos diretos do Programa Bolsa Família aos indicadores sociais do País. Entretanto, é lícito investigar os prováveis avanços decorrentes da implementação desse programa, conforme discorrido por diversos estudiosos desse fenômeno.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para o entendimento do problema em questão, serão contextualizados separadamente os temas pobreza e desigualdade, por entender que embora esses fenômenos estejam, de certa forma, correlacionados, são distintos e apresentam características próprias. Em seguida, serão brevemente caracterizadas as políticas de transferência de renda no contexto da pobreza e desigualdade social.

2.1. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

O problema da definição da pobreza é extremamente complexo. Pobreza não é só falta de dinheiro, ocasiona dificuldades de sobrevivência devido a não satisfação das necessidades básicas, mas também a impossibilidade de satisfazer outras necessidades humanas que vão além da pura sobrevivência.

Para Rios (2008), medir a pobreza é uma tarefa difícil. A construção de indicadores de pobreza comparáveis requer a utilização de dados que sejam consistentes. Por conta dessas dificuldades, há divergências na avaliação sobre a trajetória e a magnitude da queda na pobreza no mundo.

Na mesma direção, Sen (2000) critica autores e economistas que tratam do desenvolvimento baseado em índices como o Produto Nacional Bruto (PNB), rendas pessoais, Produto Interno Bruto (PIB), dentre outros, não levando em consideração o desenvolvimento, como o aumento das capacidades das pessoas e fatores plurais às pessoas. Talvez, as análises se restringem ao problema das rendas porque esses dados são mais acessíveis e fáceis de mensurar.

Dessa forma, a pobreza é entendida como a privação de liberdades substantivas² e capacidades. Não se refere somente a questões de renda e riqueza, mas também ao não acesso, à privação, de quesitos fundamentais básicos como, alimentação, serviços de saúde, assistência social, participação civil e política, condições mínimas de moradia e vestuário (SEN, 2000).

De acordo com Aguiar e Araújo (2008) e Araújo (2008), no contexto da redução substancial das liberdades apresentada por Sen (2000), os determinantes sociais e a pouca

² Liberdades substantivas são as liberdades essenciais, primordiais, básicas. Como liberdade de se alimentar e nutrir, de condições mínimas de moradia e vestuário, uso dos direitos civis e políticos, acesso de serviços de saúde e educação (SEN, 2000).

oferta de bens simbólicos e materiais reduzem drasticamente as oportunidades de escolha para o pobre. Muitas vezes, o pai não pode escolher a escola para o seu filho, tem poucas oportunidades de exercer sua vocação, não possuindo, pois, o direito de planejar. A pobreza significa, também, a redução do espaço das pequenas e grandes liberdades, desde o que comer até em quem votar. Assim, os pobres estão submetidos a situações de privação de capacidades.

Dessa maneira, pode-se dizer que a pobreza tem muitas dimensões além do consumo. A pobreza possui natureza multidimensional e está diretamente vinculada aos padrões históricos culturais dos mínimos necessários para se ter uma vida digna.

Portanto, a pobreza tem caráter estrutural, forma cicatrizes sociais e padrões culturais, e só pode ser superada no médio e longo prazo, desde que sejam permanentemente reduzidos os fatores de exclusão do mercado de trabalho, do sistema educacional, de um padrão de consumo socialmente aceitável (ARAÚJO, 2008). Para tanto, a definição de pobreza deverá levar-se em conta novas dimensões da vida social. Aspectos simbólicos e materiais são elementos analíticos essenciais para classificar quem é pobre e quem não é, bem como o grau de pobreza (AGUIAR e ARAÚJO, 2008). Sabe-se que qualidade de vida, bem-estar da população e desenvolvimento econômico estão relacionados à distribuição de renda. A desigualdade social é entendida pela distribuição desigual de renda de um país ou região, e é um problema que afeta atualmente a maioria dos países, mas principalmente os países menos desenvolvidos. Este processo se dá quando a renda converge para uma mesma empresa, região ou grupo privilegiado de pessoas (FERNANDES, 1995).

Estudos da Rede Latinoamericana de Política Comercial – LATN – apontam que o crescimento da desigualdade é manifestado tanto em termos de disparidades salariais, quanto de desigualdade regional, indicando que o dualismo é aprofundado pela integração, podendo-se citar o caso da China (RIOS, 2008). Com um expressivo crescimento do comércio, mas também alto crescimento dos indicadores de desigualdade, criando assim o dualismo que é uma boa evidência desse fenômeno.

Segundo Aguiar e Araújo (2008), a desigualdade social não é exatamente um sinônimo de pobreza, porém são conceitos indissociáveis. A desigualdade assume papel fundamental para o novo entendimento da questão da pobreza. Portanto, pode-se pensar em um país pobre, mas sem desigualdade social. Da mesma forma, pode-se imaginar um país rico, porém com desigualdade. Um país pode ter pessoas pobres e desigualdade, assim como não. Um exemplo contundente é o do Brasil, que por um lado é um país com amplos recursos

e elevado Produto Interno Bruto, e por outro, apresenta a décima maior concentração de renda do mundo (PNUD, 2007). Esse fenômeno influencia diretamente nas disfunções sociais.

Diversos estudiosos debruçaram-se ao longo dos anos na investigação de formas de combater as iniquidades do desequilíbrio da distribuição das riquezas e a existência de pobres no mundo (AGUIAR E ARAÚJO, 2008). Nesse contexto, Suplicy (2002) e Fleury (2007), analisam os programas de transferência de renda que têm merecido destaque entre as políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à iniquidade distributiva, considerados como políticas públicas apropriadas para essas questões.

2.2. POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Desde a década de 1980, a maioria das nações desenvolvidas tem formas de programas de transferência de renda. Experiências como a da Inglaterra, Alemanha, Holanda, França e Estados Unidos foram propulsoras para a implementação dos programas no Brasil (SUPLICY e CURRY, 1994).

O debate internacional sobre os programas de transferência de renda cresceu a partir da década de 1980 no âmbito das grandes transformações que ocorreram na economia, com profundos rebatimentos no mundo do trabalho, cujas consequências mais marcantes são um número maior de desempregados, além da ampliação dos chamados trabalhos precarizados, alcançando homens e mulheres de todas as idades, principalmente os jovens, fortemente atingidos pelo desemprego de longa duração (SILVA, 2007).

Nos Estados Unidos em 1975, uma forma limitada de imposto de renda negativo, o crédito de Imposto sobre Rendimentos Auferidos (*Earned Income Tax Credit*, EITC), tornou-se uma das formas mais importantes de auxílio, por parte do Governo Federal, a famílias que estivessem trabalhando e tivessem crianças, tendo fixado um corte de renda, em as famílias recebiam transferência monetária variável, conforme a renda e o número de filhos. Em 1991, cerca de 14 milhões de famílias receberam benefícios do EITC (SUPLICY E CURRY, 1994; SILVA, 2007) e em 2003, o governo os Estados Unidos pagou a mais de 20 milhões de famílias, ou mais de 59 milhões de pessoas, US\$ 37 bilhões sob a forma de EITC.

Na Inglaterra, na Alemanha e na Holanda, por exemplo, os pais de crianças com idade de até 16 anos recebiam um benefício mensal. Na França, desde 1988 os cidadãos com renda inferior, tinham direito a “renda de inserção” chamada de *Revenue Minimum d’Insertion*. (SUPLICY, 2007).

No Brasil essa política foi introduzida a partir dos anos de 1990 e as primeiras experiências de Programas de Transferência de Renda foram implementadas em nível local. O Distrito Federal implantou um programa de renda mínima, que beneficiava com um salário mínimo cerca de seis mil famílias que se comprometiam a manter seus filhos frequentando a rede escolar. Além disso, o programa era articulado com ações setoriais no campo da alfabetização de adultos, política agrícola e colocação profissional. Também em Salvador, a prefeitura municipal implantou um programa que atendia famílias que tinham crianças de até 14 anos e renda *per capita* inferior a R\$ 25 por mês.

Em Campinas, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, , tinha como prioridade imediata atender famílias cujas crianças encontravam-se em situação de risco e em condições de desnutrição. O desenho do programa compreendia sua interligação com outras ações da prefeitura. Assim, além de oferecer garantia de renda mínima em dinheiro, a prefeitura oferecia prioridade de vagas em creches para as crianças incluídas no programa, em conjunto com o acompanhamento das famílias beneficiadas a um trabalho sócio-educativo, orientado para sua inserção em atividades que promovessem melhorias em suas condições de vida: os beneficiados pelo programa, além da obrigatoriedade de manter as crianças da família na escola, participavam mensalmente de reuniões de acompanhamento e orientação social (SUPLICY e CURRY, 1994).

Experiências como a do Distrito Federal, Campinas e Salvador foram fundamentais para salientar os aspectos positivos de programas de transferência de renda, contribuindo dessa forma, com a implementação e a expansão em âmbito nacional dos principais programas condicionados como, Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)³, Bolsa Escola⁴ e o Programa Bolsa Família. Especificamente no Brasil, iniciou-se a defesa desse programas com o propósito de combater a vários fatores negativos visualizados no país, como a pobreza, a desigualdade social e de gênero, a exclusão social, a baixa escolaridade e alfabetização, o desemprego e baixa qualificação do trabalhador brasileiro e o crescimento da violência.

³ O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi à primeira proposta para a criação de um programa nacional de renda mínima. A proposta foi do Senador Eduardo Suplicy de São Paulo, tendo sido aprovada em 16 de dezembro de 2001. Todavia, o projeto foi obstruído no Congresso Nacional, sendo aprovada com algumas modificações, no dia 3 de novembro de 1996 e, posteriormente, aprovada no Senado em 1997 (SILVA, 2007).

⁴ O PGRM foi substituído pelo Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”, cuja implementação foi iniciada em julho de 2001.

Em virtude desses fatores, em 2003 foi criado o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF), que unificou os programas existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Assim, o Programa Bolsa Família apresenta, no seu esboço, a transferência monetária como um incentivo ao acesso às políticas universais estruturantes, principalmente as Políticas de Educação e Saúde. Nesse sentido, para Silva (2007), esses programas apresentam dupla face: uma compensatória, representada pela transferência monetária, para permitir a sobrevivência imediata das famílias pobres, e outra de acesso a políticas universais, para oferecer condições de autonomização futura dessas famílias.

Ressalta-se que as experiências de programas de transferência de renda no Brasil apresentam diversidades em relação aos programas dos países da Europa, tanto no formato dos programas (critérios de seleção, contrapartidas, valor do benefício, dentre outros), quanto em relação aos resultados alcançados no combate à pobreza e à desigualdade social. Isto, devido à proporção da população situada abaixo da linha da pobreza naqueles países ser menor do que no Brasil.

Porém, segundo Lavinias e Varsano (1997), embora existam particularidades que os diferenciam, há um núcleo comum aos programas desses países, pois, destinam-se a todos aqueles que se encontram em situação de necessidade de corrente de insuficiência de renda. Sendo assim, o benefício é atribuído com base em uma demanda feita pelo próprio interessado, que deve respeitar certas prerrogativas e havendo, em alguns casos, contrapartidas. Além disso, o benefício tem seu valor modulado pela renda individual ou familiar do requerente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a materialização da pesquisa foi delimitado como corte analítico os anos de 2001 à 2006, em razão de 2001 a 2003 ser considerado o período pré implementação e de 2004 a 2006 pós implementação do Programa Bolsa Família.

3.1. FONTE DE DADOS

O estudo foi baseado em dados secundários de organismos oficiais e de agências de pesquisas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Buscou-se analisar um conjunto de indicadores brasileiros que foram agrupados nos seguintes temas: aspectos demográficos; acesso à educação e à saúde; aos domicílios e à infraestrutura social; e, trabalho e a renda.

3.2. MÉTODOS DE PESQUISA

Para a análise da evolução e comparação dos dados, utilizou-se a Taxa Média Geométrica (TMGC) e a Taxa de Crescimento (TC), descritas a seguir:

A Taxa Média Geométrica de Crescimento é, em geral, utilizada, em administração e economia para descrever variações médias compostas, com base no conceito de progressão geométrica (TRIOLA, 2005). Esta taxa é importante nesse estudo, pois apresenta a média de crescimento inter-período.

$$TMGC = \left(\frac{vf}{vi} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \quad (1)$$

em que:

TMGC : taxa média geométrica de crescimento.

vf: valor final.

vi: valor inicial.

n: número de períodos de variação.

A Taxa de Crescimento refere-se à taxa média de variação do índice composta anualmente entre períodos, sendo importante pois apresenta a média de crescimento de todo o período estudado,

$$TC = \left(\frac{v_{t+1}}{v_t} \right) - 1 \quad (2)$$

em que:

TC : taxa de crescimento.

v_t : valor no período de referencia (t).

v_{t+1} : valor no período de t+1.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados dos indicadores estão apresentados de acordo com os agrupamentos formados, seguindo a proposta do estudo, e a análise está focada nos aspectos pré e pós implementação do Programa Bolsa Família. Dessa forma, buscou-se analisar indicadores que representassem questões ligadas à pobreza e desigualdade e que possuem informações para os anos de 2001 a 2006.

4.1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

De posse da Tabela 2, em que é apresentado os aspectos demográficos, pode-se verificar o aumento da população e da taxa de urbanização durante o período estudado. Verifica-se o fenômeno da urbanização, principalmente a partir do ano 1950, em que os habitantes abandonam o campo, em busca de melhores condições de vida, fenômeno conhecido por êxodo rural.

Tabela 2 – Indicadores sociais dos aspectos demográficos no Brasil (2001 - 2006)

Indicadores Sociais	2001 – 2003			2004 - 2006		
	Média	TMG	TC	Média	TMG	TC
<i>Aspectos demográficos</i>						
População (milhões)	171,667	1,35%	2,71%	184,558	1,41%	2,84%
Taxa urbanização	84,12	0,25%	0,50%	83,04	0,17%	0,33%
Taxa fecundidade total	2,36	-1,70%	-3,36%	2,20	-6,75%	-13,04%
Taxa bruxa de natalidade	20,93	0,03%	0,06%	19,43	-8,36%	-16,02%
Nº médio de pessoas p/domicílios	3,57	-1,40%	-2,78%	3,47	-1,44%	-2,86%
Taxa bruta de mortalidade	6,49	-4,18%	-8,18%	6,27	-0,80%	-1,59%
Esperança de vida ao nascer	70,40	1,73%	3,48%	71,99	0,49%	0,98%
Pessoas de 60 anos ou mais de idade (milhões)	16,029	4,46%	9,13%	18,311	3,93%	8,01%
Famílias c/ crianças 0-14 anos (milhões)	27,303	0,03%	0,03%	28,659	0,60%	1,20%
Jovens 18-24 (milhões)	22,936	2,28%	4,62%	24,254	0,44%	0,88%

Fonte: IBGE (2008) IPEADATA (2008), DATASUS (2008).

Por outro lado, a taxa de fecundidade, medida pelo número médio de filhos que teria uma mulher durante o seu período reprodutivo, e a taxa bruta de natalidade, medida pela

frequência com que ocorrem os nascimentos em determinada população, tiveram quedas com ênfase mais expressiva no segundo período do estudo, respectivamente (TC = -13,04% e TC = -16,02%).

Esses fatores podem ser explicados pela maior inserção feminina no mercado de trabalho, disponibilidade de métodos contraceptivos, aumento da taxa de escolaridade, extrapolando além das dificuldades de manutenção e cuidado dos filhos, mas também a falta de tempo para o cuidado, o elevado custo de vida e redução do poder de compra dos salários, etc.

Cabe ressaltar que a partir de 2003⁵, verificou-se um aumento nos investimento em políticas públicas de saúde das mulheres, no que tange a direitos sexuais e direitos reprodutivos. Essas políticas podem ter contribuído de alguma forma para a redução desses indicadores, o que não é objeto desse estudo. Esses fatores estão diretamente associados à diminuição do número médio de pessoas por domicílio, verificada em ambos os períodos de estudo.

Outra taxa que apresentou significativa diminuição, tanto inter-período (TMG), como em todos os períodos estudados (TC), foi a taxa Bruta de Mortalidade, que se refere à redução na frequência com que ocorrem os óbitos em determinada população. Além disso, houve avanço no indicador esperança de vida ao nascer. Realça-se que a diminuição da mortalidade acompanhada do aumento da esperança de vida, é importante na medida em que cresce a população, especialmente a urbana, demonstrando que a taxa de mortalidade não tem acompanhado o crescimento da população, embora a violência tem sido muito presente no contexto brasileiro. Destaca-se também, que no período pós-implementação do Programa Bolsa Família essa diminuição foi menor em relação ao período anterior.

Outro fator que merece destaque é o aumento de idosos entre os brasileiros, totalizando a taxa de crescimento no primeiro e segundo períodos, respectivamente, 9,13% e 8,01%. Esse aumento corrobora a ideia de que o envelhecimento da população brasileira é um movimento irreversível e com tendência a aumentar em longo prazo. O aumento das famílias com crianças e o aumento de jovens, estão relacionadas ao contexto do aumento da

⁵ Em 2003, foi criada através da Medida Provisória 103 a Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. O seu objetivo é desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania (MDS, 2008).

população, embora esse crescimento tenha sido bem inferior ao aumento no número dos idosos.

4.2. EDUCAÇÃO

Na temática da educação no Brasil, buscou-se analisar indicadores que possibilitam mensurar o nível de instrução da população, conforme a Tabela 3. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos demonstrou expressiva diminuição entre os períodos, de -6,45% para -8,64%, assim como houve um aumento da média de anos de estudo da população nos dois períodos estudados (5,61% e 4,32%, respectivamente).

Tabela 3 – Indicadores sociais da educação no Brasil (2001 - 2006)

Indicadores Sociais	2001 - 2003			2004 - 2006		
	Média	TMG	TC	Média	TMG	TC
<i>Educação</i>						
Taxa de analfabetismo pessoas 15 ou mais anos	11,93%	-3,28%	-6,45%	10,94%	-4,42%	-8,64%
Média de anos de estudo da pop. 10 anos ou mais	6,22	2,77%	5,61%	6,65	2,14%	4,32%
Taxa de frequência a escola ou creche da população	30,53%	2,88%	5,84%	31,34%	-0,69%	-1,37%

Fonte: IBGE (2008), IPEADATA (2008), DATASUS (2008).

Sabe-se que a educação é fundamental para a inclusão de um indivíduo à sociedade. Por meio dela as pessoas podem participar do âmbito econômico, social e político exercendo seu papel de cidadão. A educação engloba ensinar e aprender e o bom desempenho em qualquer profissão, por exemplo, demanda um crescente grau de conhecimento, não apenas específico (sobre as técnicas próprias da atividade), mas também geral e diversificado (IPEA, 2005).

Em contrapartida, a taxa de frequência à escola ou à creche, que abrange as crianças de 0 a 17 anos, apesar de ter crescido no primeiro período do estudo, demonstrou queda no segundo. Confrontando com a diminuição da taxa de analfabetismo, o aumento da média de estudo e maior investimento em educação (STN, 2008), esse é um fator negativo para o Programa Bolsa Família, já que uma de suas condicionalidades é a inserção e reinserção da criança na escola.

Porém, deve-se analisar quais fatores estão contribuindo para a evasão escolar, devendo-se ressaltar que a educação escolar dos filhos é um papel não apenas dos pais, mas perpassa pela qualidade dos professores, pela autonomia da escola e pela atitude dos pais, dentre outros. Há de se ressaltar que o Estado exerce um papel primordial, uma vez que este

deve proporcionar educação de qualidade a fim de garantir tanto o acesso quanto a permanência das crianças na escola.

4.3. SAÚDE

Outra análise importante no contexto do Programa Bolsa Família são os aspectos relativos à saúde, por essa representar outra condicionalidade para o recebimento dos benefícios do programa. A Tabela 4 apresenta-se os indicadores sociais no sobre saúde.

Tabela 4 – Indicadores sociais da saúde no Brasil (2001 - 2006)

Indicadores Sociais <i>Saúde</i>	2001 – 2003			2004 – 2006		
	Média	TMG	TC	Média	TMG	TC
Proporção de óbitos menos de 1 ano de idade	4,74	-5,58%	-10,84%	4,00	-4,06%	-7,96%
Taxa de mortalidade infantil	27,81	-3,07%	-6,04%	25,83	-2,86%	-5,64%
Número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (mil)	246,999	0,99%	1,98%	245,18	-1,14%	-2,26%
Gasto público com saúde <i>per capita</i>	267,69	13,94%	29,83%	403,44	12,00%	25,44%
Gasto público com saúde como proporção do PIB	3,22	-3,04%	-5,99%	3,45	2,99%	6,06%
Consultas por habitante	2,50	1,63%	3,28%	2,50	1,82%	3,67%
Número de profissionais da saúde por habitante	1,46	2,76%	5,59%	1,25	-39,5%	-63,46%
Número de leitos hospitalares (SUS) por habitante	2,66	-6,55%	-12,68%	2,02	-0,50%	-0,99%

Fonte: IBGE (2008), IPEADATA (2008), DATASUS (2008).

Os indicadores proporção de óbitos com menos de um ano de idade e taxa de mortalidade infantil obtiveram diminuição na taxa de crescimento em ambos os períodos, enquanto que o número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer teve diminuição somente no segundo período. Esses fatores são de suma importância para o contexto de pobreza e debilidades sociais vividas pelas famílias beneficiadas, já que esses indicadores tendem a se concentrar em famílias com vulnerabilidades sociais. O Programa Bolsa Família na condicionalidade saúde prevê o acompanhamento pré-natal das gestantes, acompanhamento das nutrizes e acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de sete anos.

O aumento do gasto público com saúde em termos *per capita*, nos dois períodos (29,83% e 25,44%) e em proporção do PIB (6,06%) no segundo período, são fatores importantes e representam, no contexto estudado, maior comprometimento e investimento do Estado em saúde. Nesse sentido, também houve aumento do número de consultas por

habitante, com elevação maior no segundo período, pós-implementação do Programa Bolsa Família.

No entanto, observa-se, ainda na Tabela 4, que a taxa de crescimento do número de profissionais da saúde por habitante reduziu bruscamente entre os dois grupos de anos analisados de 5,59% para -63,46%. Essa redução contrapõe o elevado aumento nos gastos públicos com saúde *per capita* e em proporção do PIB, podendo inferir-se que o aumento do gasto público não contribui para o investimento na contratação de novos profissionais de saúde, bem como em investimentos em infra-estrutura, como hospitais e leitos hospitalares.

4.4. DOMICÍLIOS E INFRAESTRUTURA SOCIAL

Assim como houve crescimento da população, verificou-se também aumento de domicílios nos dois períodos estudados com taxas de crescimento de 5,67% e 5,55%. O indicador domicílio é entendido como moradia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Indicadores sociais de domicílios e infra-estrutura social no Brasil (2001 - 2006)

Indicadores Sociais	2001 - 2003			2004 - 2006		
	Média	TMG	TC	Média	TMG	TC
<i>Domicílios e infra-estrutura social</i>						
Domicílios (milhões)	47,736	2,79%	5,67%	53,192	2,74%	5,55%
Domicílios com abastecimento de água e esgoto sanitário adequado e lixo coletado	63,27%	1,52%	3,05%	60,97	0,99%	1,99%
Cobertura de redes de abastecimento de água	80,44%	0,89%	1,78%	81,06%	0,70%	1,40%
Cobertura de esgotamento sanitário	65,60%	2,01%	4,05%	67,24%	1,45%	2,93%
Cobertura de coleta de lixo	82,83%	1,49%	2,99%	83,96%	1,29%	2,59%
Proporção dos domicílios com posse - Máquina de lavar	38,27%	0,44%	0,88%	40,38%	4,78%	9,78%
Proporção dos domicílios com posse - Computador	16,92%	3,74%	7,62%	21,51%	20,56%	45,36%
Proporção dos domicílios com posse - Computador com acesso a Internet	12,62%	5,12%	10,49%	16,28%	21,64%	47,97%
Proporção dos domicílios com posse - Telefone Fixo	58,99%	-2,04%	-4,03%	55,46%	-3,86%	-7,58%
Proporção dos domicílios com posse - Iluminação Elétrica	99,46%	0,04%	0,08%	99,60%	0,10%	0,20%
Proporção dos domicílios com posse - Filtro	54,68%	-0,67%	-1,33%	54,32%	0,00%	0,00%
Proporção dos domicílios com posse - TV a Cores	90,09%	0,25%	0,50%	92,74%	2,45%	4,96%
Proporção dos domicílios com posse - Geladeira	91,55%	0,19%	0,37%	92,51%	0,86%	1,72%
Proporção dos domicílios com posse - Freezer	18,28%	-2,98%	-5,88%	16,81%	-4,69%	-9,17%

Fonte: IBGE (2008), IPEADATA (2008), DATASUS (2008).

Segundo Guimarães (2004), quando se estuda a qualidade de vida de uma população é preciso considerar a sua habitação com as diversas implicações que essa possa ter na qualidade de vida das pessoas. A qualidade da habitação pode ser medida considerando tanto os aspectos da construção propriamente dita e/ou a presença de serviços públicos (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, serviço de telefonia, dentre outros). Desta maneira, procurou-se analisar indicadores dos domicílios brasileiros em termos presença de abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo, energia elétrica e equipamentos que possuam em casa.

Destaca-se que domicílios com abastecimento de água, esgoto sanitário adequado e lixo coletado cresceram, embora tenham tido redução do crescimento no segundo período, de 3,05% para 1,99%.

Quando analisado a cobertura desses serviços separadamente, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, também verificou-se a evolução desses indicadores, concorrendo para a melhoria dos domicílios no que se refere à infra-estrutura. É importante ressaltar que ainda é grande a porcentagem de domicílios sem esses serviços.

O fato da taxa de crescimento desses serviços ter sido inferior em relação à taxa de crescimento dos domicílios é preocupante, pois indica que embora o número de domicílios esteja aumentando, os mesmos não possuem infra-estrutura adequada. Esse fator possui reflexos negativos na qualidade de vida da população, com consequências sociais e urbanas, promovendo um aumentando da vulnerabilidade da população.

A proporção de domicílios com posse de bens duráveis obteve taxas de crescimentos em diversos itens como: máquina de lavar (TC, 0,88% para 4,78%); computador (TC, 7,62% para 45,36%); computador com acesso a internet (TC, 10,49% para 47,97%); iluminação elétrica (TC, 0,08% para 0,20%); televisão a cores (TC, 0,50% para 4,96%); e, geladeira (TC, 0,37% para 1,72%). Destaca-se o crescimento do acesso ao computador e à internet, demonstrando a inserção e adesão das pessoas ao contexto digital.

Ao contrário, os indicadores de filtro (TC, -1,33% para 0,00%); telefone fixo; (TC, -4,03% para -7,58%); e, freezer (TC, -5,88% para -9,17%) tiveram redução nas taxas de crescimento nos dois períodos. A diminuição da telefonia fixa pode ser explicada pelo aumento do telefone móvel (celular), embora isso não tenha sido medido neste estudo. A diminuição do freezer pode ser explicada pela ampliação dos modelos de geladeira que desempenham papel do freezer, como exemplo a geladeira duplex, que além de manter as

condições de consumo dos alimentos perecíveis, tem o compartimento de congelador, ou talvez, para a contenção do gasto com energia elétrica.

Assim, o alcance das famílias por determinados serviços e a propriedade de alguns bens são fatores que contribuem para melhores condições de vida, de saúde, de conforto de lazer e de informação da população. Ressalta-se que o aumento da posse de bens duráveis teve taxas de crescimento mais elevadas no segundo período estudado, o que pode ser explicado pela renda extra que as famílias estão recebendo.

4.5. TRABALHO E RENDA

Dentre os indicadores sociais de trabalho e renda, observa-se que a população economicamente ativa (PEA), ou seja, pessoas de 10 a 65 anos de idade classificadas como ocupadas ou desocupadas, mas dispostas a trabalhar, obteve variação positiva da taxa de crescimento entre os grupos de anos de 5,46% para 9,39%. Assim como a população ocupada, classificadas como as pessoas ocupadas na semana de referência que tinham trabalho durante todo ou parte desse período, apresentou taxas de crescimento nos dois períodos (3,60% e 9,92%). Nesse sentido, a taxa de atividade, medida pela percentagem das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade, também apresentou crescimento (15,56% e 2,44%), de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6 – Indicadores sociais de trabalho e renda no Brasil (2001 a 2006)

Indicadores Sociais	2001 – 2003			2004 - 2006		
	Média	TMG	TC	Média	TMG	TC
<i>Trabalho e renda</i>						
Jovens de 15-24 anos ocupados (milhões)	17,122	0,94%	1,88%	17,534	0,19%	0,39%
População economicamente ativa (PEA) (milhões)	84,758	2,69%	5,46%	92,226	4,59%	9,39%
População ocupada (milhões)	76,356	1,78%	3,60%	83,639	4,84%	9,92%
Taxa atividade	63,60%	7,50%	15,56%	62,10%	1,21%	2,44%
População de ocupada homens (milhões)	45,556	2,21%	4,46%	50,359	2,17%	4,38%
População de ocupada mulheres (milhões)	31,111	3,85%	7,85%	36,642	3,56%	7,25%
Proporção de ocupados homens	67,43%	-0,14%	-0,28%	64,33%	9,88%	20,73%
Proporção de ocupados mulheres	44,00%	1,56%	3,14%	45,48%	-1,26%	-2,50%
Taxa de desemprego	9,41%	2,01%	4,06%	8,88%	-2,73%	-5,39%
Taxa de trabalho infantil	13,32%	-4,80%	-9,37%	12,25%	-2,23%	-4,40%
Rendimento médio mensal todos trabalhos da população ocupada	640,2	3,37%	6,85%	764,43	4,98%	10,21%
Rendimento médio dos mais pobres	63,37%	0,41%	0,81%	66,17%	1,52%	3,07%
Proporção de pobres	33,33%	1,50%	3,03%	28,67%	-11,61%	-21,88%
Proporção de indigentes	13,67%	0,00%	0,00%	10,67%	-13,40%	-25,00%
Índice de gini	0,589	-1,10%	-2,18%	0,568	-0,79%	-1,57%
Produto Interno Bruto (PIB) per capita (mil R\$)	8,46	12,60%	26,78%	11,61	8,09%	16,83%

Fonte: IBGE (2008), IPEADATA (2008), DATASUS (2008).

Ao passo que a população ocupada sofreu elevação, pode-se inferir que o aumento da população economicamente ativa foi absorvido em grande parte pelo mercado de trabalho, sendo esse composto, principalmente, por homens, já que a proporção de homens ocupados é maior em relação ao das mulheres nos dois períodos estudados. No entanto, a taxa de crescimento das mulheres ocupadas alcançou taxas maiores do que a dos homens ocupados, mas a proporção de homens ocupados no segundo período do estudo teve taxa de crescimento bastante elevada (20,73%).

Em consonância a esses fatores, observou-se queda do desemprego no período pós-implementação do Programa Bolsa Família, assim como da taxa de trabalho infantil (TC-9,37% e -4,40%, respectivamente). O último indicador é de suma importância no contexto do Programa Bolsa Família, pois além do repasse do dinheiro, é obrigatória a frequência escolar, o que torna possivelmente desnecessário o trabalho infantil.

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada sofreu um aumento na taxa de crescimento de 6,85% para 10,21%, assim como também o rendimento médio dos mais pobres, cuja taxa de crescimento passou de 0,81% para 3,07%. Destaca-se que as taxas de crescimento do segundo período do estudo foram superiores às do primeiro período. Esses fatores proporcionaram elevação do consumo de bens materiais por domicílio, assim como a diminuição do número de pobres e indigentes no Brasil a partir do ano de 2004.

No primeiro período do estudo, a proporção de pobres brasileiros aumentou (3,03%) e a proporção de indigentes permaneceu constante. No entanto, a partir do ano de 2004, houve grande queda na taxa de crescimento da proporção de pobres e indigentes (-21,88% e -25,00%).

No contexto dos indicadores de renda de pessoas pobres e indigentes, um aspecto importante também é a queda do índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, em ambos os períodos. Houve, ainda, crescimento do PIB *per capita* brasileiro, cujas taxas de crescimento foram 26,78% e 16,83%, nos respectivos períodos.

Recorrendo à literatura, confirmam-se os estudos que têm apontado a contribuição do Programa Bolsa Família para a redução da desigualdade e pobreza brasileira, destacando-se Soares *et al.* (2007), que ressaltam que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família foram os responsáveis por 28% da queda do Índice de Gini no período de 1995-2004.

Assim, a queda na desigualdade pode ser, também, atribuída, segundo Ferreira *et al.* (*apud* SANTOS, 2008), a três fatores. Primeiramente, à redução da desigualdade de rendimentos entre grupos educacionais distintos, advindo, provavelmente, do declínio prolongado nos retornos da educação. Em segundo lugar, devido à convergência de renda das famílias localizadas em áreas rurais e urbanas. Por fim, o terceiro fator é a expansão dos programas governamentais de transferência de renda e a melhoria no seu grau de focalização. Além desses fatores, os mesmos autores destacam a importância da estabilidade macroeconômica alcançada pelo Plano Real, o que eliminou as altas taxas de inflação observadas no período anterior a este plano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as principais contribuições deste trabalho, foi possível verificar que os resultados depõem a favor da política de transferência de renda, enquanto elemento indutor das melhorias sociais, embora não se isole outros condicionantes positivos.

Foi possível verificar que vários indicadores tiveram consequências positivas, principalmente, aqueles que estão associados às propostas do Programa Bolsa Família. Dessa forma, houve diminuição da taxa bruta de mortalidade e mortalidade infantil, aumento da esperança de vida ao nascer, diminuição do analfabetismo, aumento da média de anos de estudo da população, aumento dos investimentos em educação, aumento dos gastos em saúde, aumento da cobertura de serviços públicos e de infra-estrutura social, aumento das famílias com posse de bens duráveis, queda da população pobre e indigente, aumento da renda e dos pobres e queda da concentração de renda (Índice de Gini).

É consenso entre grande parte dos estudiosos que programas de transferência de renda aplicados de forma isolada, não atuam efetivamente na quebra dos ciclos geracionais de pobreza, pois não incidem diretamente nas causas do fenômeno da pobreza e da desigualdade nos países pobres. No entanto, a articulação da transferência de renda, associada a outros fatores e políticas sociais, como maior investimento em saúde, educação, infra-estrutura, que garantam o mínimo de bens e acesso a serviços básicos de qualidade, são importantes para sair da condição de pobreza e desigualdade e possibilitar a conquista da autonomia.

Por fim, parece oportuno destacar a importância políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à iniquidades, enquanto fatores corretivos. Assim, os programas de

transferência de renda podem ser compreendidos como políticas públicas apropriadas no combate à pobreza e a correção de assimetrias socioeconômicas.

6.REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Bolsa escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília UNESCO, 2002.

ARAÚJO, Tarcisio Patrício. **Desigualdade de renda e pobreza**. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html>> Acesso em: 20 jul. 2008.

BRONZO, C. **Vulnerabilidade e proteção social. Reflexões a partir de experiências latinoamericanas**. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 2008, Rio de Janeiro/RJ: ENANPAD, 2008, CD-ROM.

CADERNOS DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE. – N. 5 (2007) -. Brasília, DF: **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007

FERNANDES, Florestan. O roteiro da pobreza. **Folha de S.Paulo**, Banco de Dados Folha, Acervo Online, 11/08/1995.

FLEURY, S. Pobreza, desigualdades ou exclusão? **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.12, n.6, 1422 – 1425, 2007.

GUIMARÃES, E. V. **Habitação e Construção – MÓDULO I. DED/ UFV – 2004**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios-PNAD/2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 20 Set. 2007.

IPEA. **Radar Social 2005**. Brasília: IPEA, 2005.

LAVINAS, L. **Transferência de Renda: o quase tudo do sistema de proteção social brasileiro**. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A157.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2007.

LAVINAS, L. VARSANO, R. **Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Texto para Discussão nº 534. Brasília: IPEA, 1997.

MEDEIROS, M. BRITTO, T. SOARES, F. **Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Texto para Discussão nº 1283. Brasília: IPEA, 2007.

MONTEIRO, D. A. A.; FERREIRA, M. A. M.; TEIXEIRA, K. M. D. Impactos Socioeconômicos da Política Pública de Garantia de Renda Mínima: Estudo de Caso do PGRM - Viçosa, MG. **Oikos** v. 18, p. p. 105-125, 2007.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

NERI, M. C. **Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade**. Disponível em: http://www.nuso.org/esp_portugues/Cortes%20Neri.pdf. Acesso em: 15 mai. 2008.

PNUD. **Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento: pobreza e desigualdade**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens. Acesso em: 05 Set. 2007.

Rede Européia Anti-pobreza/Portugal – REPN. **Indicadores sobre a pobreza: Portugal e União Européia**. Disponível em: <<http://www.reapn.org>> Acesso em: 17 jun. 2008.

RIOS, Sandra. Polónia. **As relações entre comércio, desigualdade e pobreza na América Latina: Balanço e carências de um debate**. Disponível em: <<http://www.latn.org.a>> Acesso em: 20 mai. 2008.

SANTOS, V. F. **Efeitos de políticas alternativas sobre a redistribuição de renda na economia brasileira**. 87 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Finanças Brasil (FINBRA) - Estados e municípios**. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp> Acesso em: 15 Mar. 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta e revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. S; YAZBEK, M. C; GIOVANNI; G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, F. V; SOARES, S; MEDEIROS, M; OSORIO, G. R. **Programas de transferências de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>. Acesso em: 15 Nov. 2007.

SUPLICY, E. M. O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol.12, n.6, 1623 – 1628, 2007.

SUPLICY, E. M. Renda de cidadania: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUPLICY, E. M.; CURRY, S. A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 1, 101 – 121. 1994.

ZIMMERMANN, C. **O Programa Bolsa Família sob a ótica dos Direitos Humanos**. Disponível em: < <http://www.adital.com.br>> Acesso em: 20 jun. 2008.